

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

26/12/2010

O destaque das notícias deste domingo (26/12) é que, segundo o **Jornal do Brasil**, o Congresso encerrou a legislatura 2007-2010 com um recorde em matéria de produção legislativa: foram sancionadas ou promulgadas 912 leis ordinárias, 12 leis complementares e 14 emendas constitucionais. Trata-se do maior resultado desde a redemocratização. Os números ainda podem subir, pois outros projetos aprovados pelo Legislativo aguardam a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o **Jornal do Brasil**, entre as explicações para o recorde na produção legislativa está a reinterpretação do trâmite das medidas provisórias, o que fez com que a Câmara aprovasse 230 proposições em 2009. Neste ano, com o recesso das eleições, foram aprovadas 112 proposições.

Prestação de homenagens

Das oito leis publicadas no *Diário Oficial da União* no último 13 de abril, sete tinham o único objetivo de prestar homenagens. Nesta data, o aeroporto de Marabá (PA) passou a se chamar João Correa da Rocha, e a refinaria de petróleo em Pernambuco, Abreu e Lima. No mesmo dia, rodovias federais foram batizadas no Ceará, no Rio Grande do Sul, em Goiás e Minas Gerais. Essa edição do diário exemplifica o que se tornou praxe no Legislativo: aprovar leis que dão nome a rodovias, criam datas nacionais e reconhecem heróis, noticia o jornal **Folha de S.Paulo**.

Lei da Natalidade

Os 30 anos da Lei de Natalidade, também conhecida como "política do filho único", passaram quase despercebidos, com menções no jornal do Partido Comunista e declarações do vice-premier Li Keqiang sobre possíveis reformas na controvertida norma chinesa. Segundo He Yafu, assessor do governo chinês especializado em questões demográficas, já existe um projeto-piloto, cujo objetivo é dar maior flexibilidade à política do filho único. Numa primeira etapa, cinco províncias do país serviriam de teste. E se der certo, o projeto se estenderá a todo território chinês até 2020. A informação é do jornal **O Globo**.

Limite de gastos

Segundo o jornal **Correio Braziliense**, às vésperas do início de um novo mandato, alguns governadores terão o desafio de conter os gastos com pessoal para não descumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com relatórios enviados pelos governos estaduais ao Tesouro Nacional, quatro estados enfrentaram problemas para se enquadrarem nos limites: Alagoas, Goiás, Paraíba e Rio Grande do Norte. A situação é mais grave na Paraíba, onde o Executivo usa 55,41% da receita corrente líquida para pagar o funcionalismo, bem acima do limite de 49% imposto pela LRF.

Na ponta do lápis

O jornal **O Estado de S. Paulo** conta que, na ponta do lápis, haverá um gasto de R\$ 103 mil a R\$ 114 mil com as "férias" de cada um dos suplentes de deputado federal se eles usarem todo o pacote de benefícios a que têm direito. Desde quinta-feira (23/12), a Câmara está em recesso, voltando no dia 1º de fevereiro já com a posse dos deputados eleitos em outubro passado.

Colunas

Responsabilidade conjugal

Editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** fala sobre o Projeto de Lei 674/07, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça. O projeto, que segue para o Senado, foi apresentado sob a justificativa de "atualizar" e "modernizar" o Código Civil no capítulo do direito de família. "O resultado é um monstrengo jurídico. Entre outros absurdos, a pretexto de defender a família, o projeto prevê que "a união formada em desacordo aos impedimentos legais não exclui os deveres de assistência e a partilha de bens". Trocando em miúdos, ele impõe ao marido a obrigação de pagar pensão não apenas para a mulher com quem é legalmente casado, mas, igualmente, para a amante. Esta teria prerrogativas idênticas aos da esposa oficial – inclusive o direito à partilha de bens."

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2010-dez-26/noticias-justica-direito-jornais-177/>